



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E AMAZÔNIA**

REQUERIMENTO Nº _____/2014
(Do Senhor Deputado Zequinha Marinho)

Solicita a realização de audiência pública conjunta, na Vila Taboca no município de São Félix do Xingu, entre a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia e a Comissão de Direitos Humanos para debater a demarcação e desocupação da Reserva Indígena Apyterewa .

Senhor Presidente:

Com amparo no art. 255, combinado com o art. 49 do Regimento Interno desta Casa, solicito que seja realizada Audiência Pública Conjunta entre esta Comissão e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, na Vila Taboca no município de São Félix do Xingu, para debater a demarcação e desocupação da Reserva Indígena Apyterewa.

JUSTIFICAÇÃO

Os assentados da reserva Apyterewa, localizada no do município de São Félix do Xingu, estão sendo obrigados a deixar suas terras, por exigência da Funai, sem nenhuma indenização.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Como é público e notório, a cada dia que passa a situação fica mais complicada para todas as famílias que foram pacificamente assentadas pelo Incra, em face ao impasse estabelecendo com a desocupação.

Moradores da região foram pressionados a deixar o local por meio de uma portaria nº-336, de 24 de março de 2011 que dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao departamento de Polícia Federal, no estado do Pará.

A reserva Apyterewa era de 266 mil hectares, mas no dia 19 de abril de 2007, o então presidente Lula assinou decreto aumentando o tamanho da reserva para 773 mil hectares.

Desde essa época, agentes federais e homens da força nacional passaram fazer presença na área. A demarcação atingiu mais de três mil famílias que ali residem há décadas; muitas delas foram assentadas pelo próprio governo através do INCRA.

A região se tornou altamente produtiva com o trabalho dos colonos, mas agora todos tem que deixar a área e suas benfeitorias sem qualquer indenização, é o que quer o Governo Federal.

Portanto, ressaltamos que a realização desta audiência é fundamental para que possamos garantir os direitos e a dignidade da população carcerária brasileira.

Para participarem da audiência, serão convidados representantes do Ministério da Justiça, do Incra, da Funai, e o Consórcio Belo Monte.

Sala da Comissão, de março de 2014.

Deputado Zequinha Marinho